

## ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO

### Competências do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais (IPEM/MG) e Defesa do Consumidor

15 de maio de 2018

### **PROGRAMAÇÃO:**

**13:30 - Credenciamento (20 min)**

**13:50 - Abertura (10 min)**

Amauri Artimos da Matta, Promotor de Justiça e Coordenador do Procon-MG

**14:00 – Competências do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais (IPEM/MG)(2h)**

**Expositor:** Fernando Antônio França Sette Pinheiro – Diretor-Geral do IPEM-MG

**16:00 - Intervalo (30 min)**

**16:30 - Esclarecimento de dúvidas (1h30)**

**18:00 - Encerramento**

### Público-alvo

Órgãos e entidades civis de defesa do consumidor,  
advogados, estudantes de direito e demais  
interessados no tema.

### Local

**Auditório Vermelho da Procuradoria-Geral  
de Justiça do Estado de Minas Gerais**

Av. Álvares Cabral, 1.690, 1º andar,  
bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG

**MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

*TRANSCRIÇÃO DO*

**ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO:  
COMPETÊNCIAS DO INSTITUTO DE  
METROLOGIA E QUALIDADE DO ESTADO  
DE MINAS GERAIS (IPEM) E DEFESA DO  
CONSUMIDOR.**

**ESCOLA ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR/PROCON-MG  
15 de maio de 2018**

*Presidência:*

**Amauri Artimos da Matta**

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Agradecer a presença de todos aqui no nosso 16º Encontro sobre Consumo e Regulação, que é um evento já tradicional no Ministério Público e que tem como característica o convite a autoridades públicas para que elas venham aqui e falem sobre as suas atribuições, e todos nós possamos, com calma, após a fala do palestrante, refletirmos e discutirmos, debatermos aqui com a maior tranquilidade possível.

É um evento que nos dá todo o tempo necessário para que a sociedade, ela possa refletir, possa debater e possa perguntar ao palestrante. Esse evento, ele é degravado, de modo que os senhores e senhoras podem posteriormente solicitar a degravação para que vocês tenham tudo que foi falado, tudo que foi debatido num documento em PDF e que possa auxiliar no trabalho ou na atividade de vocês.

O evento de hoje, ele vai abordar as competências do Ipem, que é o Instituto de Pesos e Medidas de Minas Gerais, e a defesa do consumidor. E para participar como palestrante eu gostaria de convidar o Dr. Fernando Antônio França Sette Pinheiro, que é formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC-Minas, e pós-graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Ele atualmente é diretor-geral do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, o Ipem-MG, é conselheiro da Fundação Hemominas e diretor de relações institucionais do Fórum Nacional dos Dirigentes dos Órgãos Delegados do Inmetro. E o Dr. Fernando tem feito um trabalho muito eficiente junto à direção do Ipem, exatamente com foco na modernização desse órgão público, e nada melhor que o Dr. Fernando para vir aqui hoje conversar conosco sobre as atividades do Ipem-MG.

Eu queria também mencionar a presença dos Srs. Paulo Henrique de Mattos Horta, que é chefe de gabinete do Ipem, a Heloísa Dias Ferreira, que é diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do Ipem, e Lucas Gomes Silva, que é assessor-chefe de Comunicação do Ipem. A gente gostaria de agradecer a presença de todos e mencionar também o meu colega, Lélío Braga Calhau, que se encontra aqui presente. Eu queria convidar o Lélío, se ele quiser vir e participar conosco aqui dos trabalhos da Mesa. O Dr. Lélío é promotor da capital, mas foi durante muito tempo promotor de defesa do consumidor de Governador Valadares e tem também um trabalho, assim, robusto na defesa do consumidor.

Bom, então, iniciando os trabalhos dessa tarde, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Fernando, que tem a oportunidade. Fique à vontade, Fernando.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Boa tarde a todos. Eu gostaria de primeiro de agradecer, Amauri, a oportunidade de a gente poder nessa tarde apresentar aquilo que o Ipem tem como atividade, como nós fazemos e, principalmente, como nós podemos trabalhar numa parceria com os Procons. Isso tudo teve o início numa conversa com o promotor, o responsável pelo Procon de Juiz de Fora, o Eduardo. Nós começamos a trocar ideia, logo depois eu estive com o Dr. Amauri, daí marcamos um horário, batemos um papo. O Dr. Amauri me convidou para estar aqui hoje e eu de pronto aceitei, porque é uma oportunidade singular para o Ipem.

E eu entendo que é muito importante que os órgãos de proteção do consumidor entendam e saibam como podem se unir às ações do Ipem para poder fazer com efetividade uma proteção ao consumidor. Então, Amauri, eu vou começar aqui falando um pouco da estrutura do Ipem, vou passar para o que nós fazemos, como fazemos, depois um pouco como que nós estamos fazendo a gestão dos nossos processos, as nossas dificuldades. Eu vou tentar seguir a apresentação, mas às vezes eu vou, ou adiantar, vamos bater uma conversa.

Então, para a gente começar, o Ipem é um órgão regulador. Não é uma agência reguladora de uma política pública, ele regula o mercado. E nós sabemos que o mercado, desde a Constituição de 88, nós temos o princípio da livre concorrência, que é um dever do Estado, mas ao mesmo tempo é um dever do Estado a defesa do consumidor. Ah, eu atrolei o vídeo, né? Deixa eu só então terminar aqui.

Então, a nossa atividade maior não é a defesa do consumidor, é regular o mercado, são regular as transações. Aqui eu acabei antecipando, é uma satisfação de estar aqui, e tive a alegria no final do ano passado de poder estar com o presidente do Ipem na comemoração do seu cinquentenário. Então, para iniciar, para vocês entenderem um pouco do histórico do Ipem, eu vou passar o vídeo institucional que fizemos naquela época.

[Exibição de vídeo]

**NARRADORA:** *O Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais, o Ipem Minas, é o órgão delegado do Inmetro e vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O instituto foi criado pelo Decreto Estadual nº 4.657, em 27 de novembro de 1967, no mandato do governador Israel Pinheiro da Silva. Até 2010, o órgão era chamado de Instituto de Pesos e Medidas, mas teve seu nome alterado em 2011, com a finalidade de referenciar a área da avaliação da conformidade, a qualidade, que também faz parte da política pública executada pelo instituto.*

*Quando inaugurado, a sede funcionava em Belo Horizonte, na Avenida Olegário Maciel, região central de BH. Por volta de 1970, a sede foi transferida para a Rua Jacuí, onde hoje funciona a regional do Ipem Belo Horizonte. A mudança para Contagem aconteceu somente em outubro de 1980.*

*O Ipem busca contribuir para a qualidade de vida da população mineira, em especial nas áreas da saúde, segurança, meio ambiente e defesa do consumidor. Para isso realiza a verificação e fiscalização em diversos serviços e produtos nos 853 municípios do estado por meio de suas 13 unidades regionais, localizadas nos municípios de Belo Horizonte, Caratinga, Curvelo, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Passos, Pouso Alegre, Uberaba, Uberlândia e Varginha.*

*Dentre os itens fiscalizados podemos destacar os produtos pré-medidos, que são aqueles embalados e medidos sem a presença do consumidor e que se encontram em condições de comercialização, como, por exemplo, o arroz, açúcar, farinha e feijão. As balanças, os taxímetros, bombas de combustíveis, os esfigmomanômetros, que são os medidores de pressão arterial, e a capacidade dos volumes dos caminhões e vagões-tanques.*

*O Ipem é o órgão oficial do estado, o qual garante ao cidadão que ao comprar 1 quilo de feijão ou 1 litro de gasolina, o consumidor realmente levará essa quantidade de produto. Ipem, há 50 anos trabalhando a favor da sociedade mineira.*

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Nós tivemos uma breve apresentação do instituto. Temos um embasamento legal, como já foi comentado, numa lei estadual, num decreto de 67, cria-se o instituto. As regulamentações vão sendo atualizadas e a última foi em 2011. E mesmo sendo um instituto anterior ao Inmetro, a política de metrologia legal no país, por determinação do Conmetro, é realizada pelo Inmetro. E o Inmetro, através da Lei Federal nº 9.933, ele nos delega, dá o poder de delegação aos institutos estaduais de metrologia, o poder de delegação quanto à política pública de metrologia e qualidade.

E fazemos uma série de ajustes e, hoje, ela é regida por um convênio assinado em 2013, um convênio onde cabe ao Ipem a atribuição de fazer a execução da política pública de metrologia, com a delegação do poder de polícia por parte do Inmetro e o compartilhamento das receitas. Nesse sentido, nós atuamos em todo o estado

mineiro, com a sede em Contagem e mais 13 regionais, como foi apresentado no vídeo. E o interessante do Ipem é que é o único órgão estadual que tem a sede fora da capital de Belo Horizonte e em Belo Horizonte tem uma regional.

Na sede, se concentram os laboratórios e aqui só para vocês terem uma ideia, a divisão espacial e a ideia é que falta uma regional lá no Vale do Jequitinhonha, em Teófilo Otoni, e que nós estamos trabalhando para ver se a gente consegue fazer essa implantação lá. Mas é um trabalho um tanto quanto árduo, por quê? Porque nós enfrentamos hoje, desde 2015, uma crise fiscal no estado e que debilitou muito a execução desta política pública de metrologia e qualidade.

Nós, com essa delegação que o Inmetro nos dá a partir da Lei nº 9.933, se verificarmos alguma irregularidade, nós podemos aplicar as penalidades cabíveis na legislação. Elas vão de uma advertência até o cancelamento do registro da empresa, passando por multa, interdição, apreensão, inutilização dos produtos. E essa escolha da penalidade, a legislação nos permite atuar de forma discricionária, dentro dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Aí na graduação das multas, nós temos uma série de parâmetros legais determinados na Lei nº 9.933 que vêm em cima do quê? Da gravidade da infração, a vantagem auferida ao infrator, uma vez que nós regulamos o mercado, a concorrência passa a ser desleal, não só o dano ao consumidor, mas aos próprios concorrentes do mesmo setor. A condição econômica desse infrator, seus antecedentes, o prejuízo causado ao consumidor e, principalmente, a repercussão social dessa infração.

Temos diversos agravantes, no caso de reincidência, constatação de fraude. E os atenuantes, se aquele empreendedor for primário, não estiver utilizando de má-fé, se ele tentou minimizar os efeitos desse ilícito que ele cometeu. Mas quando nós chegamos no Ipem, em 2015, nós pegamos uma situação que é um pouco diferente daquilo que nós estamos atuando hoje. Porque quem conhecia o Ipem há mais tempo atrás viu o Ipem com o poder de fiscalização. E nós transformamos essa filosofia. Porque o principal da política pública não é a fiscalização, é a verificação.

A fiscalização passa a ser consequência do ato de verificação. E como eu vou demonstrar, todos os instrumentos de medição têm que ser aferidos todos os anos. Então, a nossa função principal é fazer essa prestação de serviço aferindo e dando condições de utilização dos equipamentos de medição. Então, nós... eu estou tentando fazer uma demonstração aqui, quais são os tipos de verificação? Nós temos três tipos básicos, que é a verificação inicial, a subsequente e após reparo.

A verificação inicial, todo aparelho de medição, ao sair da indústria para ser comercializado, há uma verificação na indústria se aquele equipamento está fazendo as medidas corretamente. Depois que ele é comercializado, anualmente, nós fazemos a verificação subsequente ou periódica, todo ano nós vamos a todos os locais que têm o equipamento de medição. Então, eu gosto de muito falar que nós somos mais efetivos que o Correio, porque o Correio, se você estiver na zona rural, você vai ter que ter uma caixa postal para receber a sua correspondência. No caso do Ipem, se você estiver na zona rural e tiver uma balança, você vai ser visitado periodicamente para a aferição desse instrumento de pesagem. Então, a nossa abrangência, a nossa capilaridade é muito grande.

E além dessa verificação periódica ou a subsequente, nós temos a verificação após reparo. Por quê? Porque os instrumentos de medição podem apresentar problemas, temos as empresas permissionárias que fazem a manutenção do equipamento. Assim que elas conseguem, fazem a manutenção, elas informam que foi feita uma manutenção e nós vamos voltar para conferir se aquele equipamento está fazendo a medição correta, e ao mesmo tempo, verificando os procedimentos adotados pela oficina permissionária no ajuste desse documento.

Isso fica muito bem claro na hora que a gente apresenta a nossa receita dos anos de 2014 a 2017. A receita de multas representadas em 2014, 34%; em 2015, 33%;

em 2016, 32%; em 2017, quando a gente consegue fazer essa virada, ela cai para 13% da nossa arrecadação. Então, nós saímos de um órgão punitivo fiscalizador para um órgão que está fazendo a verificação dos instrumentos de pesagem, dos instrumentos que medem e que fazem todas as medições.

Então, há uma quebra desse paradigma, que para nós, na gestão, não foi fácil de fazê-lo. Por quê? Porque na crise de 2015, na crise fiscal, quando chegamos na gestão do Ipem, era um pensamento comum de todos os servidores que toda crise que ocorria no estado e que ocorria e ela ia, chegava ao Inmetro, e por sua consequência ao Ipem, bastava aumentar a arrecadação que esse dinheiro retornava e não teríamos problemas de caixa.

De 2015 para cá, essa lógica inverteu. Nós entramos numa crise fiscal dos governos estaduais e do governo federal e não adiantou fazer receita, que essa receita não retornou ao Ipem, ao Inmetro. Então, o que se nota é que nesse período, por mais que a cultura da casa era: vamos fazer mais receita, vamos fiscalizar mais, os recursos foram minguando para fazer a gestão dessa política pública.

E aí agora eu vou entrar um pouco na parte metrológica, que já foi colocada ali no vídeo institucional, mas o que são os instrumentos que nós verificamos? São, basicamente, eu vou tentar repassar todos, as balanças, todas as balanças são verificadas, todo ano a gente passa por essas balanças. Essa balança tem um selo, então a balança que foi verificada agora, em 2018, ela vai receber um selo com a data de 2019, então ela em tese, ela está aferida até dezembro de 2019. E o ano que vem nós vamos novamente voltar ao estabelecimento, fazer a verificação dessa balança e trocar o selo. Então, nós temos esse controle metrológico de todos os instrumentos de pesagem.

Os medidores de velocidade, os radares, que é outro instrumento que nos dá uma dificuldade de gestão. Porque nós temos um estado enorme, com uma malha rodoviária enorme e nós temos que fazer aferimento, aferição de todos os radares. E a aferição dos radares não é uma coisa simples, porque para cada faixa nós temos que passar pelo menos quatro vezes com o veículo em velocidade diferente para fazer a aferição desse radar. Então, você imagina fazer a aferição dos radares do anel rodoviário. Nós fazemos isso de madrugada. Então, quer dizer, é um trabalho muito pesado.

A questão dos taxímetros também, todo ano, agora nós estamos fazendo em Belo Horizonte a partir da semana que vem, da Região Metropolitana, de todos os táxis da Região Metropolitana. Eu fico, às vezes, quando eu encontro com os meus colegas dirigentes dos órgãos delegados de São Paulo, Rio de Janeiro, eu fico até feliz, que a nossa frota é um terço da frota do Rio de Janeiro, um quinto da frota de São Paulo. Quer dizer, se nós temos uma dificuldade, eu imagino eles fazendo isso.

O cronotacógrafo, que é um instrumento que muitos chamam de caixa-preta dos caminhões e dos ônibus, porque ele registra tudo que acontece, a velocidade, o horário que estava circulando, o horário que estava parado. Então, a aferição desse cronotacógrafo é feito por nós, através das empresas credenciadas. Então, o dono de um caminhão, ele vai ter que anualmente ir a essa empresa para fazer a aferição do crono. Faz a leitura dos discos e esses discos vêm todos para o Ipem e são todos lidos para ver se essa aferição está correta. É um trabalho muito importante que nós fazemos.

É um trabalho que eu acho que é muito importante, mas a gente não consegue muita atuação, é o esfigmomanômetro, são os aparelhos de pressão. Eles deveriam ser, todo médico, todo profissional de saúde deveria aferir seu aparelho anualmente, mas se nós não vamos atrás, são poucos os estabelecimentos de saúde que nos procuram para fazerem a aferição. Não é uma coisa demorada, mas é uma coisa perfeita, porque muitas vezes pode estar se ministrando uma medicação para um problema de pressão sem necessidade ou estar necessitando da medicação e o aparelho não estar calibrado e dar algum problema.

Nós temos aí os etilômetros, então toda a operação aí da Lei Seca depende do Ipem. Nós fazemos a aferição da Polícia Rodoviária Federal, estadual, nos órgãos de trânsito municipais. É um... nós somos fundamentais no processo. Porque tanto na hora que a gente fala do radar, que a gente fala do etilômetro, quando há uma atuação, se esse instrumento não está calibrado, não está com a calibração dentro do prazo de vigência, essa atuação não tem valor legal. Então, é muito importante. E um setor que é muito capilarizado no estado, que é um setor que a gente tem um trabalho enorme, que são as revendas de combustível, que nós verificamos todas as bombas. E quando se fala em todas as bombas, nós falamos de todos os bicos. Então, se a bomba tem quatro bicos, são quatro bicos que vão ser aferidos.

E é um setor de importância para a sociedade, a sociedade depende das revendas de combustível e nós estamos alcançando, alcançamos no ano passado a 92% das revendas no estado de Minas Gerais. Nós fomos a 92% dos revendedores de combustível. E conseguimos fazer uma grande operação no ano passado, porque foi detectado em São Paulo a existência de fraudes eletrônicas em bombas de combustível.

O que era um erro metrológico do equipamento, mecânico, eletromecânico, com o avanço da tecnologia, esses equipamentos tornaram-se cada vez mais eletrônicos e esse avanço permitiu às pessoas utilizarem da má-fé de fazerem troca de chip, de botarem mecanismo para fraudar o consumidor, e conseguimos fazer uma operação com sucesso.

Hoje, eu afirmo que Minas Gerais, nós temos aí nas revendas de combustível 2% delas têm fraude, às vezes, a discussão vem no preço do combustível, eu acho que o problema não é o preço, o problema é o volume entregue ao consumidor. Porque muitas vezes o preço é o preço de mercado, mas o consumidor não está levando 1 litro de gasolina. Ele está levando menos gasolina do que ele está pagando.

Outro trabalho muito importante que nós fazemos, aí somos uns dos poucos estados, uns dos poucos órgãos delegados que temos equipe para fazer, é o trabalho de arqueação de tanques. Então, os tanques da Refinaria Gabriel Passos, os tanques das usinas de álcool, nós fazemos todo o trabalho de arqueação. Toda hora eu estou comendo os vídeos aqui, mas tá bom porque a assessoria me ajuda.

Quando nós estamos falando da operação octanagem, a gente fala que a gente regula o mercado, o mercado de combustíveis é um mercado muitas vezes concorrencial, muito fiscalizado. Então, quer dizer, todo mundo fiscaliza, somos nós, a ANP, Secretaria de Fazenda, Procons, com uma preocupação muito grande, nós também temos um problema sério e que nós estamos trabalhando junto com o Ipem de São Paulo.

Então, eu vou passar um vídeo que foi encomendado pelo Carrefour, a Falcão Bauer, que é uma empresa credenciada pelo Inmetro e pela ANP, que ela vai dar o reverso da questão. Não adianta simplesmente a gente achar que são as revendas de combustível que estão nos prejudicando. Então, eu vou passar o vídeo, depois eu vou comentar sobre ele.

[Exibição de vídeo]

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Então, o que temos aí? Muitas vezes nós vamos ao estabelecimento, verificamos todos os bicos, não detectamos erro. Então, está dentro do erro admissível. E aí determinado cidadão vai abastecer o seu carro, o tanque acaba tendo um volume de gasolina no tanque maior do que está no manual de instrução do veículo. E aí isso aconteceu em São Paulo, aconteceu em Minas. Não duvido que tenha acontecido nos outros estados do país, que a pessoa, como um produtor de mídia, pegou o seu smartphone, registrou e postou nas redes sociais. Jogando a credibilidade daquele estabelecimento, a credibilidade das fiscalizações.

E aí o Carrefour teve a iniciativa e a partir dessa iniciativa do Carrefour, nesse fórum que nós temos dos dirigentes dos órgãos delegados, nos reunimos em São Paulo e deliberamos que nós estamos solicitando a todas as montadoras os tanques que são colocados nos veículos, vamos fazer os testes de laboratório de volumetria do Ipem de São Paulo. E se realmente tiver uma amostragem, igual foi apresentada nessa reportagem da Falcão Bauer de 30% de diferença entre o volume do tanque e o que está descrito no manual, nós vamos fazer o encaminhamento a Anfavea para que isso não possa ocorrer.

Isso prejudica não só o revendedor, o empreendedor, mas prejudica também a credibilidade da fiscalização que a gente está fazendo, porque você vai ao posto, uma, duas, três, quatro vezes, toda semana tem uma denúncia na rede social. E quando sai a denúncia na rede social, todos nós do Ipem recebemos de todos os nossos conhecidos a mesma informação, o mesmo vídeo. Tem um posto aqui em Minas Gerais que, às vezes eu fico até brincando, mas nós e a ANP frequentamos ele praticamente de dois em dois meses, a gente não consegue achar nada. Nem na qualidade do combustível, nem na quantidade entregue, mas ele tem um preço muito barato. Então, a quantidade de denúncia que vem desse estabelecimento a gente já sabe que é rotineira a nossa ida lá. Por quê? Porque nós temos que dar confiabilidade do empreendimento e, principalmente, da segurança ao cidadão quanto a isso.

Então, a arqueação, a questão da volumetria, que hoje ela é tão importante quanto a questão das revendas de combustível, porque todo caminhão-tanque, todo vagão-tanque tem que passar de dois em dois anos pelos testes de volumetria. Então, quer dizer, todo comércio que sai da distribuidora de combustível para os da revenda de combustível vai por esses veículos. Eles só conseguem serem abastecidos nos terminais de distribuição se tiverem aferimento, se tiverem aferidos. Os medidores de energia elétrica e os hidrômetros, que nós fazemos toda a aferição e hoje, há dois anos, são autoverificações.

As próprias empresas concessionárias de água e de energia, elas conseguem fazer verificação. E nós fazemos auditoria. Quando há algum problema, a exemplo do que ocorreu aqui em Juiz de Fora esse ano, de uma troca muito grande de hidrômetros e começou a dar muita divergência nas contas, nós fomos fazer o trabalho lá para retirar as dúvidas. E o que a companhia de água de Juiz de Fora estava fazendo estava correto. Era um problema muito mais dos mecanismos que foram substituídos. E aí a gente pergunta: como que é feito o controle dos instrumentos de medição? Aí eu vou dar outro videozinho para a gente poder ver como que é feito isso.

[Exibição de vídeo]

**NARRADORA:** *Como os metrologistas de qualquer parte do mundo podem saber se o que eles estão medindo está correto? Existe um sistema global de medição onde todos falam a mesma língua através de padrões e unidades de medida. Um quilograma de arroz aqui representa o mesmo que no Japão, por exemplo. O padrão de massa internacional, que é referência de medida no mundo, fica muito bem conservado e mantido no BIPM, o Bureau Internacional de Pesos e Medidas, com sede na França. E os países membros da convenção do metro comparam os seus padrões com o que está no BIPM.*

*Entenda a cadeia contínua de comparações conhecida como cadeia de rastreabilidade. A equipe metrológica do Ipem, órgão delegado do Inmetro, vai a campo realizar a verificação periódica nesta balança, que pesa produtos comprados pelos consumidores. Antes de ser comercializada e de ser verificada periodicamente como está acontecendo agora, a balança passou pela verificação inicial dos metrologistas ainda na fábrica. E para chegar nessa verificação inicial, o modelo do instrumento foi previamente aprovado pelo Inmetro nos ensaios previstos no regulamento técnico metrológico.*

*Em todas as etapas mostradas, observa-se a presença de pesos padrões que permitem determinar a exatidão das medidas realizadas. Eles também passam por*

*uma cadeia de controle metrológico. O peso usado no órgão delegado do estado é comparado com o peso nacional do Inmetro, que por sua vez é comparado com o padrão internacional do BIPM. Esse é um exemplo de processo de rastreabilidade que assegura a credibilidade das medições.*

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Aquilo que eu já tinha colocado mais cedo, como que é o nosso procedimento de verificação, ele é todo feito na base da comparação, numa comparação em que todos os países signatários do metro acompanham para a gente ter um padrão mundial dos instrumentos de medição. Mas aí às vezes vocês se perguntam: mas todos os produtos que estão dispostos no mercado, nós sabemos quais são as quantidades corretas? É o que nós chamamos lá dos produtos pré-medidos. [Passa aí, Max].

Que aí é a outra verificação que é feita dos produtos que são embalados sem a presença do consumidor e que nós verificamos essa gama de produtos que hoje representa 80% do que é comercializado no país.

[Exibição de vídeo]

**NARRADORA:** *Tem muita gente por aí preocupada com o peso. E basta a gente falar isso que você já imagina alguém se pesando na balança do banheiro ou da academia. Mas não é sobre esse tipo de preocupação com o peso que a gente vai falar. Aliás, nem é só com o peso, é com o volume e dimensão também. O que vamos mostrar aqui é o trabalho do Inmetro com os produtos pré-medidos.*

*Calma, eu já sabia que você ia perguntar, pré-medido é todo produto pronto para ser comercializado, embalado sem a presença do consumidor. Quer ver alguns exemplos? Pois é, hoje em dia, quase todos os produtos consumidos são pré-medidos. E é exatamente por esse motivo que o Inmetro tem uma atenção muito grande com esses produtos. Essa atenção começa na padronização. Alguns produtos da cesta básica são padronizados, ou seja, só podem ser comercializados com valor determinados. Por exemplo, 100 gramas, 200 gramas, 500 gramas, 1 quilo, 2 quilos.*

*Isso é para que o consumidor tenha maior facilidade em determinar que produto está mais barato. E imagine ter que comparar o preço de um produto comercializado em uma embalagem de 335 gramas com outro comercializado em uma embalagem de 582 gramas. Nesse exemplo aí, os dois têm o mesmo preço, mas só com a calculadora para saber. Com a padronização, o Inmetro procura facilitar essa comparação. Nesse exemplo, fica fácil ver que o produto B é um pouquinho mais caro que o A.*

*Essa sigla significa Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade. É através dessa rede que o Inmetro fiscaliza os produtos pré-medidos para garantir que você não esteja sendo enganado na hora da compra. Em um supermercado qualquer, em qualquer lugar do Brasil, a fiscalização verifica diversos produtos utilizando as próprias balanças do supermercado. Quando algum produto apresenta problemas, uma amostra proporcional ao estoque do supermercado é recolhida para os laboratórios dos Institutos de Pesos e Medidas estaduais. O fabricante é convidado a acompanhar o procedimento. Os produtos são verificados e se não estiverem de acordo, o fabricante é autuado e o lote pode ser interdito no estabelecimento comercial.*

*Só esse trabalho em um país do tamanho do Brasil já é gigantesco e envolve milhares de pessoas, mas não é só essa a responsabilidade da Divisão de Mercadorias Pré-Medidas do Inmetro. Por exemplo, tendo o mesmo preço, qual dessas duas caixas você compraria? A maneira mais correta de tomar a decisão é olhar o peso de cada embalagem, mas uma portaria do Inmetro determina que as embalagens opacas e rígidas possam ter no máximo 10% de sua área vazia.*

*Algumas embalagens apresentam duas indicações de quantidade, são os produtos que usam caldas ou salmoura. Nesse caso, o peso líquido representa o produto mais a calda. E o peso drenado só o produto. Produtos que vêm com promoção de quantidade*

*precisam fazer isso acrescentando brinde à quantidade normal da embalagem. Por exemplo, uma embalagem de 300 ml pode vir com 500 ml e o consumidor pagar apenas pelos 300 ml tradicionais da embalagem. Os 200 mls extras são um brinde. Aqueles produtos já pesados e embalados em bandejinhas no supermercado precisam ter o peso da embalagem descontado. Verifiquem numa balança se o peso marcado é o peso total. Se for, você está pagando pela embalagem, o que não é permitido.*

*Todos os dias centenas de fiscais vão às ruas verificar milhares de produtos para ter certeza que os seus direitos estão sendo respeitados. Com o passar dos anos, o resultado veio aparecendo. Hoje os fabricantes sabem que o consumidor está cada vez mais exigente em relação aos seus direitos, que os produtos são fiscalizados, que é melhor respeitar o consumidor. O Inmetro, um órgão do governo federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior está fazendo o seu trabalho. Isso é muito bom. Acertando a medida a gente vai aperfeiçoando a nossa sociedade.*

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** E ela comentou dos produtos da cesta básica, quer dizer, tem uma série de produtos que são padronizados para melhor entendimento do consumidor na hora da sua escolha de compra, né? Então, temos aí açúcar, arroz, café, farinha, filé de peixe, óleos comestíveis, papel higiênico, para ter uma referência no mercado.

E aí eu peguei, eu só trouxe três exemplos, no caso do açúcar, que pode ser dividido em 100 gramas, 200 gramas, 250, 500, 1 quilo, 2 e 5. Você não pode ter um padrão diferente. E pegando o exemplo do café, que é o que a gente tem de exemplo no mercado mais recente, café de 250 gramas, 500 gramas e 1 quilo.

Então, muitas vezes, você pode chegar no supermercado, igual já foi detectado aqui em Minas Gerais, um pacote de 450 gramas. E o consumidor, na hora de fazer a compra, o preço dele vai estar menor, mas ele também vai estar levando uma menor quantidade. Então, o Inmetro padronizou uma série de produtos, principalmente os produtos de consumo da cesta básica, para que o consumidor tenha uma segurança na hora de fazer a aquisição desses produtos. Como eu falei, esses produtos pré-medidos, pré-embalados representam 80% do mercado de produtos comercializados no país.

Mas, além disso tudo, nós, no Ipem, ainda fazemos o quê? Nós temos as oficinas credenciadas. São aquelas oficinas que dão manutenção em todos os equipamentos. De balança a aparelhos, a bombas medidoras, filtros de combustível, taxímetros, esfigmomanômetros, radares. Essas empresas, para poderem fazer as manutenções, têm que ser credenciadas, têm que ter profissionais qualificados e equipamentos para isso. E nós fazemos auditoria nessas empresas, dada a capacidade delas. E ao mesmo tempo, lá com a verificação do após reparo, nós conseguimos detectar como está a qualidade de serviço dessas empresas.

Além dessas empresas, ainda temos a expedição das declarações de conformidade das empresas. São as empresas de manutenção de extintores de incêndio, as empresas de manutenção e instalação de GNV, de gás natural veicular, e as empresas reformadoras de pneus. Onde nós temos um problema hoje muito sério, que nós estamos tentando trabalhar, dado as importações de pneus sem a certificação do Inmetro. Então, essas empresas, nós temos que trabalhar muito próximos, porque ela causa um dano à sociedade muito grande.

E bem como, nós passamos o ano passado fazendo um trabalho muito próximo ao Detran, à Polícia Civil, com as empresas que fazem a instalação e manutenção de gás veicular, gás natural veicular. Por quê? Porque as empresas sem credenciamento estavam fazendo a conversão de veículos e o Detran estava aceitando essa documentação. Então, nós fizemos um trabalho muito grande, um trabalho de mídia para evitar isso.

argolinha que ela de ano em ano, ela vai variar de cor para fazer essa verificação, que tem que ser a verificação anual, as empresas por ano, ele tem uma cor de verificação, porque a nossa segurança aqui nesse prédio, de qualquer coisa que possa acontecer, nós dependemos que eles estejam dentro do prazo de manutenção. Então, nós temos que trabalhar isso.

Temos trabalhando aí, nós já vamos partir para a área que a gente tem a qualidade do produto ou a conformidade do produto. O que seria isso? Os produtos para serem colocados no mercado vão ter requisitos mínimos de segurança, requisitos mínimos de proteção à saúde e meio ambiente para serem certificados e aí irem para o mercado. Então, são os produtos de avaliação da conformidade. Ou a qualidade dos produtos. É o que mais se conhece do Inmetro, são os selos do Inmetro. Então, a gente tem essa preocupação também da verificação dos produtos ofertados no mercado.

Hoje, são por volta de 560 produtos que têm a certificação compulsória. Eles só podem ser comercializados desde que o organismo de certificação de produtos credenciados pelo Inmetro faça a verificação do que desses produtos? Quanto à questão da saúde, segurança e do meio ambiente. Então, há uma certificação desses produtos, há um estudo, uma norma da qual a construção desses produtos tem que acompanhar. E essa norma, quando compulsória, é obrigatório que esses produtos para a comercialização tenham esse selo de certificação.

Dentro dos produtos compulsórios, nós temos aí: brinquedos, bicicleta, capacete, extintor de incêndio. [Mais um vídeo que eu perdi, né? Então, deixa eu passar todos, aí eu volto no vídeo].

Nós temos aí os ônibus escolares, voltamos ali aos pneus, tem que ser certificado. Então, o pneu importado, ele tem que ter a certificação de origem dele, que tem que estar de acordo com as normas internacionais de segurança, meio ambiente, saúde. Os ônibus escolares. Então, quando as prefeituras adquirem os ônibus escolares, nós vamos fazer toda a certificação quando eles vão ser entregues para as prefeituras. Então, vai da questão de sinalização, quando o ônibus está de ré, a altura de escada, o espaçamento de bancos. Nós temos fios e cabos elétricos, disjuntores, fusível, aí vai. Tomadas, reator, estabilizador, fósforo, isqueiro, mamadeira, panela de pressão.

Então, nós tivemos aí uns dois anos atrás um grande magazine que importava muito produto, com todas as painéis de pressão importadas em um preço altíssimo que não tinham certificação. E eram vendidas com muita facilidade. A questão do botijão de gás liquefeito de petróleo, não só ele, como a mangueira, o regulador, o que é muito importante. Os produtos têxteis, eles têm que ter etiqueta, é uma questão muito delicada porque, além de você saber quem é o fabricante, o mais importante é se saber a composição do tecido. Então, além da gente fazer a verificação de se contém ou não a etiqueta, a gente ainda faz o teste de verificação do tecido, para ver se aquele tecido é um tecido de algodão ou é náilon, que muitas pessoas têm alergia, então tem a questão da saúde. Então, na hora de comprar uma roupa, obrigatoriamente, você vai ter que ter o selo com todas as informações aderentes eles.

E aí é o vídeo, mais um que eu deixei de passar, mas vamos voltar lá, que é um vídeo até engraçado. O porquê da certificação compulsória, né? Então a gente tem que pensar por que se faz isso? E aí é um vídeo bem juvenil, mas que a gente não pode deixar de mostrar, que mostra a preocupação do porquê que tem que ser compulsória e que ela faz uma diferença muito grande na segurança das pessoas.

[Exibição de vídeo]

**NARRADOR:** *Este é um crânio igual ao crânio de qualquer motociclista e esse é um capacete igual ao capacete de qualquer motociclista. Agora, esse é um acidente igual a qualquer acidente.*

*Como vê, é melhor usar o capacete.*

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Mais um capacete certificado, porque no mercado existem muitos capacetes que não têm a certificação, então ele não te garante a segurança de você não ter o crânio destruído. Então, a gente tenta trabalhar isso, porque é uma coisa que a gente não imagina. Então: ah, um motociclista sem capacete, mas ele com o capacete sem certificação também, ele não vai estar com a devida segurança que ele tinha que ter ali.

E o pessoal fica até brincando, porque tem certificação para capacete, mas não tem para o capacete de ciclista, que deveria também ter, porque não adianta só botar o capacete de ciclista como se fosse um adereço, né? Então, são esses os produtos da gama de 564 produtos, se eu não me engano, alguns exemplos que a gente tem que utilizar e a gente tem que verificar a existência dos selos.

Como também temos uns produtos de certificação voluntária. Por quê? Porque agrega valor ao produto. Então, eu produzo uma cachaça, uma aguardente. Eu posso fazer a certificação voluntária da aguardente que eu vou ter um valor de mercado melhor. É a questão das frutas. Eu sou um produtor de frutas, se eu quiser fazer a questão da certificação de frutas, eu tenho condições. E o que foi feito para a Copa do Mundo e não deu muito certo no Inmetro, que foram os hotéis. Foi uma experiência, mas com um mercado que tem uma experiência melhor hoje através das empresas de reserva de hotel.

E aí nós vamos entrar no que, da certificação, o que é importante para nós, consumidores, que são as etiquetas e os símbolos da avaliação da conformidade. Que ela pode estar colada no produto, ela pode estar com desenho no layout do produto, desenho em alto-relevo ou um certificado impresso no papel. Então, a gente tem que verificar: quais são os selos? Eu tenho os selos de identificação de organismo designado, selos de produtos, de avaliação da conformidade, de segurança, desempenho, meio ambiente, saúde. Então, eu vou acompanhando e eu, cada selo desse, um organismo de certificação avaliou os produtos.

Nós tivemos aqui o ano passado a presença do Coscarelli, que ele até questiona um pouco como é feita a avaliação. É uma avaliação amostral. Ele não pode... você não pode afirmar 100%, mas aquela empresa tem uma certificação, tem profissionais e fazem testes para poder emitir esse certificado. E como nós temos, é melhor eu ter um certificado, mesmo que eu não tenha 100% de certeza dele, do que não ter certificado nenhum. É melhor eu usar o que eu tenho de melhor e o que o mundo hoje age dessa maneira.

Se você for à Europa, se eu voltar aqui no desenho, lá do brinquedo, vocês vão ver... [Deixa eu voltar aqui, mais para cá].

Vocês vão ver que o da direita é comunidade europeia, é o selo de certificação da comunidade europeia, que é aceito aqui. Então, quer dizer, na hora que eu vou exportar o brinquedo nosso para a Europa, o nosso selo de certificação do Inmetro é que dá a abertura para esse produto nosso na Europa. Do mesmo caso, se você pegar as lâmpadas. Nós tivemos um problema agora com a troca de lâmpada de LED, que as lâmpadas não funcionavam, não funcionavam, duravam pouco, por quê? Porque elas não tinham certificação no país de origem. Nós tivemos que fazer um trabalho muito pesado para poder eliminar esse tipo de produto do mercado.

Mas vamos lá nos selos de identificação novamente. E os selos mais conhecidos que nós temos aqui, que todo mundo mais vê, é o selo de energia elétrica, Procel, que dá ao consumidor a possibilidade na escolha da compra de um eletrodoméstico, o padrão de consumo deste bem que ele está adquirindo. Então, ele faz a escolha não só pelo preço, pelo design, mas também pelo consumo que esse equipamento vai ter de energia para seu funcionamento. Então, é o que a gente vê mais e que funciona.

É igual comprar uma televisão, a gente olha para essa televisão Gradiente, eu não estou vendo o selo do Inmetro nela. Está vendo? A gente muitas vezes não preocupa. É aquela televisão que dá problema, que estraga, que não funciona. Então, quer dizer, nós temos que ter essa percepção de ter um selo certificando o produto que nós estamos adquirindo.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Essa não tem?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Essa, eu não estou vendo aqui, não. Ou tiraram ele.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Deve ser antiga.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Entendeu?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Com certeza.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Mas eu vou falar, aí às vezes a gente vai num produto mais barato, e a gente vê isso também. Você vê nos produtos de certificação, colchão é um produto certificado. Berço de criança é um produto certificado. Por quê? Porque a questão da segurança da criança que está no berço. O colchão, a qualidade da espuma. Então, você vai no eletrodoméstico, muitas vezes a gente vê uma televisão de 40 polegadas, num preço maravilhoso, final de semana. Cadê o certificado dela?

Já vai ser mais barata, porque os componentes utilizados na fabricação dela não seguem o rito da norma e provavelmente são mais baratos e ela consegue botar ele no mercado. Então, a gente tem que fazer essa verificação, que é enxugar gelo, porque você vai entrando nos magazines, você apreende o produto, vai ter que destruir o produto, você volta daqui a 30, 60 dias, o produto está em exposição de novo. É o mercado.

E o selo de ruído, que é o mais novo. É o secador de cabelo, é o liquidificador, o público feminino na hora que vai comprar uma chapinha. Ninguém verifica se tem o selo da conformidade do Inmetro. No dia que a chapinha queimar o cabelo do público feminino aqui vai todo mundo brigar, mas se tiver o selo de conformidade, a chance desse dano é muito menor ou quase zero. E como que o Inmetro faz para eleger esses instrumentos, esses produtos? Como que são elegíveis [ininteligível] da conformidade? É através do relato de acidente de consumo.

E isso está disposto na página do Ipem, na página do Inmetro, de todos os órgãos delegados, que qualquer acidente de consumo você relata ele e a partir daí começa-se um trabalho de se trazer uma certificação compulsória. O exemplo que nós temos mais recente aí são as escadas domésticas. Obrigatoriamente agora elas têm que ter o selo de conformidade. Foi dado os devidos prazos tanto para a indústria quanto para o comércio e, hoje, elas não podem ser comercializadas mais, devido aos acidentes de consumo que foram relatados. É muito importante que o consumidor tenha conhecimento que ele pode relatar o acidente de consumo e que isso vai gerar um banco de dados nacional para a certificação daquele produto.

Como que nós fazemos essa fiscalização? Diferente da parte da metrologia e dos instrumentos de medir, que nós vamos com uma frequência anual a todos eles, o Inmetro elegeu algumas datas comemorativas, que nós chamamos das operações especiais, então, Dia das Mães, festa junina, Dia das Crianças, Páscoa, Natal, volta às aulas, são aqueles produtos que são comercializados naquele período e que nós fazemos uma operação mais focada nesses produtos. Fora outros produtos que nós a partir do banco de dados que nós temos de denúncias ou até do próprio setor, nós fazemos a fiscalização.

Nós temos exemplo aí, o último que foi a fiscalização em cerâmica vermelha, nas fábricas de tijolos. Nós fazemos a fiscalização nos postos de venda do material de construção e por uma demanda do sindicato via Fiemg, nós fizemos a operação nas indústrias, nas olarias, onde se foi e se achou irregularidade. Então, a gente tem que estar trabalhando em cima disso. Então, isto é um pouco da nossa ação enquanto a política pública de qualidade de metrologia e qualidade.

Mas nós temos um desafio maior, tivemos um desafio maior do que esse, que é o desafio de quando nós chegamos no Ipem, os desafios da gestão disso tudo. Como que nós iríamos fazer, como que nós conseguiríamos colocar essa política pública em execução. E aí a primeira coisa que nós começamos a trabalhar foi ter uma gestão de transparência. A gente fazer e mostrar o que está fazendo, principalmente para ter a credibilidade da sociedade.

E aí a partir daí nós fizemos diversos grupos de trabalho com servidores do Ipem, das atividades finalísticas, que sabiam o que estavam fazendo, de como se formava a fiscalização, de como que se ocorriam os processos. E a partir deles começamos a mapear todos os processos com procedimentos operacionais padrão, além de procedimentos administrativos padrão também. Então, hoje nós estamos com cerca de 70% dos nossos processos mapeados. Então, hoje a gente consegue planejar e monitorar e se precisar alterar a execução para chegar ao objetivo que nós estamos fazendo.

Outra coisa que nós pegamos e alteramos substancialmente é que a Lei nº 9.933 dá o poder discricionário ao dirigente do órgão delegado quanto à homologação dos processos de multa. O que nós invertemos nessa lógica? A discricionariedade continua do diretor-geral, do dirigente máximo, mas para fazer qualquer definição, nós reunimos todas as equipes na Casa, de todas as áreas, e fazemos uma reunião colegiada, e a partir das informações desse colegiado é que vem a tomada de decisão quanto ao valor dessas autuações. Para não ficar um poder discricionário isolado, só do diretor-geral. Então, a gente não conhece de todos os processos, não adianta, e a gente tem que ter o poder da discussão. Então, foi uma coisa que nós modificamos na Casa também.

Trabalhamos com a comunicação social ativa. Então, tudo que nós estamos fazendo, nós fizemos e mostramos que nós estamos fazendo. E trabalhamos numa série de parcerias com o setor acadêmico, comercial, industrial e governamental. Porque a nossa ideia é transformar todo cidadão em um fiscal metrológico. Entender que na hora que ele chegar para fazer, para almoçar num self-service a quilo, ele entender que aquela balança tem que ter um selo do Inmetro, que nós estivemos lá, que o peso dela é correto, tem que ter a tara do prato para descontar o peso do prato, qual a conformidade que ele vai ter. Então, nós começamos a fazer essas parcerias e divulgar.

Então, nós tivemos em 2017, que eu peguei como exemplo, quer dizer, só na mídia nós tivemos mais de 180 inserções espontâneas. No site do Ipem, nós produzimos praticamente uma matéria por semana. Nós aumentamos a nossa mídia social tanto com Facebook quanto com o Flickr, e os atendimentos, nós tivemos 153 atendimentos por mês a diversos meios de comunicação. Nós conseguimos fazer o papel que nos presta enquanto gestor de política pública, é informar a sociedade do que estamos fazendo, o que ela deve observar para poder fazer um consumo mais consciente.

As parcerias, nós fizemos parceria com diversas instituições de ensino, onde levamos os estudantes do Ensino Médio do Senac, do Instituto Federal de Tecnologia de Ipatinga, da Fumec de Contagem, de pós-graduação da Una e da Fumec, para dentro do Ipem, para eles entenderem como que é essa metrologia que eles estão aprendendo na teoria na escola, como que ela é posta em prática. E fizemos essa parceria.

E com o setor de comércio e indústria, nós fizemos uma parceria muito forte com a Ames, que nós participamos de todos os encontros regionais da Ames, dando palestra,

porque no nosso entendimento não há maldade maior do que punir sem ensinar. E os supermercados são o nosso maior foco das verificações. Então, participamos ativamente com a Ames durante um ano inteiro, rodamos o estado de Minas, fomos duas, três vezes fazer palestras com as coisas mais focadas para explicar para o setor a forma de trabalhar para ele não ser autuado e que muitas vezes não era o setor, muitas vezes, era o servidor dele.

E aí veio uma segunda parceria, que a partir da parceria com a Ames veio a parceria com a Sincovaga, que é o Sindicato de Comércio de Gêneros Alimentícios de Belo Horizonte. Por determinação da fiscalização do Ministério do Trabalho, eles têm que fazer a qualificação dos servidores. E para essa qualificação ser mais efetiva, eles tiveram a ideia de fazer um curso EAD, onde o servidor do comércio não teria que sair do comércio para a sala de aula e sim a aula chegar a ele. E dentro desse curso EAD, nós temos uma cadeira de metrologia e qualidade. Então, nós estamos formando o profissional já sabendo de como é a regulamentação quanto à metrologia.

Fizemos também com a Minaspetro, com o sindicato dos revendedores de combustíveis, que é outro setor que é muito capilarizado, que é muito autuado, que é muito verificado, muito focado. Fizemos a parceria, rodamos o estado inteiro durante um ano e meio dando palestras, explicando, mostrando como que seria feito, e o mais importante, nós estávamos dando tanto para a Ames, tanto para o Sincovaga, quanto para a Minaspetro, o poder do associado, do empreendedor de poder nos procurar.

Melhorando os canais de escuta, porque os nossos servidores, os nossos fiscais, estão rodando os 853 municípios, têm um alto poder discricionário. O controle sobre eles tem que ser o controle social. Então, se eles estão agindo de maneira incorreta, nada melhor do que a comunicação tempestiva para que nós possamos tomar as medidas devidas para punir as más práticas da ação dos nossos servidores.

E aí eu já comentei, nós fizemos também com a indústria de cerâmica um trabalho muito bacana no ano passado. As parcerias governamentais, com a ANP, muito salutar, a troca de banco de dados que nós temos com eles, que eles recebem denúncias que são metrológicas, nós recebemos denúncias que são da qualidade de combustível, a gente trabalha numa afinidade muito grande. Nós fizemos um trabalho muito... que nós esperamos que tenha fruto esse ano, que é um trabalho com a Ceasa. A Kátia está aqui, a Kátia acompanha de perto isso, né, Kátia?

É uma luta, mas nós precisamos ter uma padronização da comercialização de produtos no Mercado Livre de Produtor, do Ceasa. Então, da eliminação das caixas de madeira, das caixas de papelão para as caixas higienizáveis, para a rastreabilidade do produto. Então aí nós começamos esse trabalho e hoje nós temos aí, além das cooperativas e sindicatos dos produtores, ainda temos a Anvisa, o Emater, o IMA, todos participando para melhorar o processo de comercialização dentro do Ceasa.

Fizemos uma parceria muito boa com a Polícia Civil, com a questão da Delegacia do Consumidor, muito próxima. Secretaria de Fazenda, e aí a Secretaria de Fazenda, além da questão da fiscalização, que a gente troca informações, tem uma questão muito cara que eu gosto muito de... é a questão da divisão de educação fiscal. É ensinar a população a ter o tributo, não só a preocupação de reclamar do tributo, mas saber a função social do tributo. Então, chegar e fazer isso nas escolas, nós participamos de várias palestras junto com eles.

E uma que nós começamos no ano passado, de uma forma até incipiente, mas que está se formando um processo muito grande, é com a Anvisa, porque nós fazemos a verificação das balanças de precisão das farmácias de manipulação e a Anvisa que faz, tem o poder de autorização do funcionamento dessas farmácias. Então, começamos com uma palestra e, hoje, praticamente todo mês nós estamos indo numa reunião diferente no estado para dar palestra, tanto para os fiscais da Anvisa, quanto para os proprietários das farmácias que têm a balança de precisão.

E aí quando eu falo que a gente tem a transparência, nós temos a questão da Ouvidoria e uma preocupação com a integridade funcional e a conduta dos nossos servidores. Porque a gente tem que ampliar o controle social. É muito importante, principalmente numa estrutura capilarizada igual a estrutura do Ipem, com alto poder discricionário. E aí a gente vem da Ouvidoria, a Ouvidoria, até 2016, ela tinha cinco canais de entrada de atendimento.

Então, em 2016, nós sentamos, formulamos um sistema de Ouvidoria, onde os cinco canais se transformaram em um. E demos acesso à internet, onde hoje o denunciante ou o cidadão, ele vai não só para denunciar, ele vai para denunciar, ele vai para elogiar, para fazer crítica, para tirar dúvidas. E se ele quiser se identificar, ele deixa o endereço de e-mail que ele vai receber respostas automáticas de como está andando o processo dele. Se ele não quer se identificar, ele vai receber uma senha de acesso e ele vai entrar no portal e acompanhar.

E aí nós saímos de uma média de 200 a 300 manifestações por ano para 1.044 manifestações. E aí o meio de contato que era muito mais telefônico e pouco por internet, ele passa a ser praticamente só utilizando a internet. E as demandas passam a ser não só denúncia, mas denúncia, dúvida, elogio, reclamação, crítica. Então, até na questão dos nossos servidores, Amauri, do controle social, aumentou. Porque o cidadão se sentiu constrangido com a fiscalização, ele entra no portal e faz a denúncia dele, a partir dali nós vamos verificar o que está acontecendo. Qual que foi a postura do nosso servidor em campo, nós temos que saber como que nós vamos fazer isso. Mas o mais engraçado, nós notamos, apesar de ter aumentado o número de manifestações, o número de municípios permanece o mesmo. São os 120 maiores municípios de Minas, com alguns pequenos municípios, mas mantém a mesma.

E na questão da integridade dos servidores, uma preocupação que nós temos, já que nós trabalhamos com fiscalização e a Controladoria-Geral tem todo um processo de acompanhamento, até de evolução patrimonial desses servidores, mas, além do controle social, todo tipo de procedimento, de ação que nós entendemos que não é a boa prática, não é uma boa ação do servidor público, nós temos em parceria com a controladoria feito os processos administrativos e estamos conseguindo um sucesso relevante quanto a isso.

E, agora, eu acho que é o foco maior, é o meu desejo, que é a minha questão recursos humanos, receita e despesa, planejamento e execução. A gente está fazendo muito mais com muito menos. Eu quero fazer mais. Para fazer mais, eu preciso dos Procons, principalmente os Procons Municipais. A gente tem uma gama de ação que a gente pode trabalhar. Para você ver qual é o nosso desespero, nós saímos de 460 servidores, quando nós chegamos, em 2014 para 2015, para 304 servidores agora. A crise fiscal fez com que nós devolvêssemos servidores terceirizados.

Não podemos fazer concurso. Nós tivemos que praticamente 60 aposentadorias no período. Então, fomos perdendo profissionais de longa data. Aliado a isso, vem a questão do nosso relacionamento com o nosso parceiro Inmetro, que apesar de ser um convênio de compartilhamento de receitas, a crise fiscal do governo federal impediu que o Inmetro mantesse (sic) os repasses de forma regular. Então, nós tivemos que reduzir as nossas despesas e aí eu pego só do ano passado, para vocês verem que a despesa está acertada ali na faixa dos R\$ 3 milhões, mas a receita vem e teve mês que não veio nada. Então, nós temos que fazer uma gestão muito prudente desses recursos.

E isso vem muito em cima, ficou pequeno, mas só para ter uma ideia, o gráfico na frente vai ficar melhor, aqui é a variação de planejamento e execução. O Inmetro, até 2014, até 2015, fazia uma gestão para fazer mais coisas, para planejar bastante coisa, que o recurso não ia faltar, que não ia acabar o recurso. E se colocava lá, a exemplo de balanças, que nós íamos fazer 200 mil balanças no estado. Aí na execução nós fazíamos 150. Depois para 218, aumentar um pouquinho, fizemos 106. Aí quando nós chegamos, nós falamos: planejamento tem que ser aquilo que nós conseguimos fazer, da melhor maneira possível.

Então, nós fomos lá e chegamos: nós vamos fazer 92 mil balanças, fizemos 91. Vamos fazer 94, fizemos 113 no ano passado, 113 mil. Então, o gráfico representa no eixo do X aí, do 0%, a aderência do planejamento com a execução. A única coisa que nós ficamos um pouco fora, e a Kátia que me perdoe aí, é a questão dos pré-medidos, que nós estamos executando muito mais do que nós estamos planejando. Mas nós estamos conseguindo botar um planejamento bem próximo à nossa capacidade de execução.

E a nossa discussão com o Inmetro é muito grande, porque o Inmetro quer que faça mais, mas para fazer mais eu preciso de servidor. Sem servidor eu não consigo. Sem recursos financeiros, sem uma previsibilidade de recursos, eu não consigo fazer. Dentro da metrologia, dentro da qualidade, essa distinção também. E a qualidade é um pouco mais difícil você fazer, porque tem as alterações(F) sazonais, mas nós estamos conseguindo fazer um planejamento bem próximo da nossa capacidade.

E o mais impressionante é que a nossa cobertura territorial, apesar de termos perdido pessoal, não ter recursos, nós estamos conseguindo fazer o mesmo que se fazia em 2014 na cobertura territorial. Então, se você pegar balanças e bombas, nós estamos lá atingindo praticamente 90% do estado. De 853 municípios, nós estamos indo a pelo menos 750. Agora, eu quero ir aos 853 e nos 750 que eu estou indo, eu quero ser mais efetivo. Por isso a nossa ânsia em trazer os Procons Municipais para nos ajudar e tem forma de ajudar, tem forma de fazer uma parceria, fazer um termo de cooperação técnica, onde a gente pode atuar. Porque não dá mais para fazer o que eu estou fazendo aqui, ficar reclamando da vida.

Então, eu vou dar só um balanço, não vou chorar, não, mas só para vocês ver como é a situação que nós pegamos e onde que nós chegamos. Em abril de 2015, nós tínhamos uma previsão de receita de 85 milhões, quer dizer, de 7,2 milhões por mês. Com repasse previsto na faixa de 5 milhões. Isso em abril, quando nós chegamos. Em maio, para nosso susto, nós tivemos dois servidores presos pela Polícia Federal em Juiz de Fora, por propina. Os dois já foram mandados embora a bem do serviço público. Em junho, com a crise fiscal, negociou-se com o Inmetro o repasse de 3,150. Na realidade, o repasse foi em média 2,3 milhões/mês.

Aí nós tivemos que fazer o quê? Nós reduzimos cargos comissionados, reduzimos os terceirizados em 40%, 10% dos comissionados, devolvemos veículos em contrato de locação, nós tínhamos 12 caminhões, devolvemos 7, e hoje nós estamos fazendo com os 4 que sobraram o mesmo que se fazia com os 12, que nós mudamos a forma de gestão. Nós pegamos [ininteligível], nós temos 12 regionais no interior e uma na capital. A da capital ficou com um caminhão e do interior nós pegamos, a cada três regionais, um caminhão para atender elas como um todo. E a gestão está sendo feita e nós estamos conseguindo chegar lá.

Diárias, porque o nosso pessoal precisava, precisa estar em campo, precisa estar viajando, mas nós tivemos que reduzir as diárias em 85%. Hoje, ela já está voltando ao patamar lá de 2014, mas naquele momento, em 2015, nós tivemos que retrain. Não fizemos investimento, nós tivemos que... as equipes praticamente todas as equipes faziam atividade que gerava direito a periculosidade, que era 30% do salário, impostos e combustíveis. Nós tivemos que reduzir o número de equipes e botar equipes dedicadas a postos de combustível para ter condições de fazer esse ajuste.

Qual que foi o impacto disso? Nós reduzimos em 1,250 milhão as despesas, reduzimos a cobertura territorial em 2015, um pedaço de 2016, mas mantivemos todas as atividades mais básicas, como radares, balanças, rodoviárias, verificação inicial, os etilômetros. E no final de 2015, conseguimos finalizar o exercício sem passivo e sem litígio com nenhum fornecedor. Aí começamos um 2016 diferente, diferente que não tinha passivo, mas a história com o Inmetro continuava a mesma. Nós tínhamos uma previsão de uma receita de 4,5 milhões, com um repasse de 2,7 milhões, nós fizemos a receita de 4,5, mas só veio 2,300.

Mesmo assim, nós conseguimos fazer o que vínhamos fazendo, mas acabamos

perdendo os cargos comissionados e efetivos na reforma administrativa, pedido de aposentadoria de 60 servidores, porque o horizonte ficou ruim, o nosso parque tecnológico sucata, a cobertura territorial já não ficou tão defasada, mas ficou prejudicada. Nós tivemos aí diversos embates na Assembleia Legislativa, porque nós não estávamos atuando da maneira que os territórios mineiros gostariam e o clima organizacional ficou muito complicado.

Mas, apesar disso tudo, nós conseguimos que o órgão não fosse extinto na reforma administrativa de 2016, nós tivemos oito autarquias extintas ou absorvidas, conseguimos nos manter em pé. Aí é uma parte que eu gosto muito, tudo que fomos fazendo, nós fomos registrando. Então, nós temos três artigos aprovados, acadêmicos. Então, o primeiro artigo foi lá o diagnóstico que nós fizemos em 2015 e 2016, que ele chama O Ambiente Burocrático é Refém às Práticas de Corrupção? O Caso do Ipem. Onde a gente coloca que com uma remuneração média de R\$ 2 mil para um fiscal com alto poder discricionário é propício dele ser corrompido.

Então, nós fizemos um trabalho árduo, hoje nós já conseguimos dar uma melhoria na remuneração dos servidores do Ipem, não o ideal. Porque na hora que ele faz uma autuação, dependendo, eu vou pegar um exemplo, uma revenda de combustível, uma autuação pode ser em R\$ 35, 40 mil. Então, nós temos que saber trabalhar. Os fiscais que foram presos em Juiz de Fora receberam de propina 180 reais e dois extintores de incêndio. Então, essa é a dificuldade que gente tem.

Agora, como que eu vou saber? Se o dono do posto não comunicasse e não se fizesse o flagrante com a Polícia Federal, eles continuariam recebendo. E aí esse foi o impacto que eu tive e o impacto maior que eu peguei a equipe de Juiz de Fora, da regional de Juiz de Fora, eu falei: Está todo mundo de castigo. Vai ficar todo mundo preso na regional um mês para parar, para a gente ver o que vai fazer.

Num primeiro momento, os servidores até entraram na Justiça contra o Fernando, porque o Fernando estava impedindo eles de trabalharem. Num segundo momento, eles entenderam que foi a melhor prática, porque eles saíam para fora da regional, os vizinhos perguntavam: você quer um extintor de incêndio? Por quê? Por causa de dois servidores, a equipe dos outros 12 ficou maculada. E aí conseguimos recuperar Juiz de Fora. Juiz de Fora hoje tem outra cara. E é o Procon de Juiz de Fora que vem nos procurar, porque nós demos outra roupagem em Juiz de Fora, houve uma dedicação.

Fizemos um outro artigo, que é A Importância da Metrologia Legal Para o Desenvolvimento Econômico(F), que é mais da nossa atividade, tá? Um foi apresentado na Laemos, no Chile, que é uma organização europeia de administração pública, o outro na Universidade Federal de Juiz de Fora, e apresentamos um na Universidade Federal do Espírito Santo, que foi a questão da Ouvidoria do Ipem. Inovação na Escuta a Sociedade: O Caso da Ouvidoria no caso da Ouvidoria do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais.

Então, isso está registrado, tem mais alguns no forno lá preparado para sair, a gente está tentando construir para a gente poder ter esse ganho.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fernando, só interrompendo. Eles estão à disposição do público?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Estão à disposição do público.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** No site do Ipem?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** No site do Ipem estão os artigos? Não, né? Mas se for o caso, a gente coloca, vou colocar.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Porque é importante para...

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Boa ideia.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** São temas ali que a reforma do estado tratou de todos, praticamente, da questão da Ouvidoria, que é a questão do controle social, das assimetrias de informação, quer dizer, são artigos bons para a gente conhecer.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** A gente, como discípulo do nosso Prof. Bresser, a gente gosta do tema e por isso que a gente está trabalhando em cima disso. Por isso que o desafio nosso é fazer a gestão. Eu falo reiteradamente com os servidores do Ipem: De metrologia, eu estou aprendendo com vocês. O que eu posso passar para vocês de melhor é o que eu conheço de gestão pública. E é o que eu estou implementando, nós estamos fazendo uma parceria muito gostosa. Eu amei a política pública de metrologia, sabe, Amauri? Você viu aí, eu já passei por gestão de várias políticas públicas, mas a política pública de metrologia, em seis meses, você vê o resultado na sociedade.

Eu fui gestor da política de trabalho no estado de Minas Gerais, o que eu fiz há sete anos atrás, hoje você consegue ver o resultado dela. Algum resultado que veio. E a gente tinha ciência lá que a gente fazia, trabalhava no mercado de trabalho e a gente fazia 0,5% do mercado de trabalho, da locação de mão de obra, da intermediação de mão de obra. Tudo que o Ministério do Trabalho utiliza na intermediação de mão de obra representa 0,5% do mercado de trabalho. E a gente fazia um esforço muito grande. Hoje, a gente vê alguns projetos que deram frutos, outros que não. Mas na política de metrologia e qualidade você vê ele acontecendo daí a seis meses.

Você vê uma mudança radical na postura do cidadão, na postura do verificado, na postura do empresariado. Você esteve comigo na Minaspetro, aqui eu estou recebendo com muita gratidão a Kátia da Ames, são parceiros que a gente vai criando. A gente apanha, eles brigam com a gente, as multas estão caras. Não estão caras, não. Vem cá que eu vou te mostrar como que foi que nós pensamos essa multa.

Esta semana nós tivemos um questionamento das advogadas especialistas em metrologia lá da Minaspetro: "Mas essa multa está muito cara". Eu falei: Vamos fazer a conta aqui. Quanto que você acha, quantos mil litros de combustível que esse revendedor...? Ah, não sei. Vamos botar cem mil litros? É uma margem boa. Vamos. Agora multiplica: quanto que está o litro da gasolina? Agora aí, o erro dele foi de quanto? Quinze por cento. Então, 15% ele está levando no preço do valor. Multiplica por cem. Agora multiplica por 12. Pois é, o valor da multa está aí. Porque eu vou lá de ano em ano, teoricamente.

Então, na hora que eu peguei, eu não posso falar a fraude, eu achei o erro, eu vou ter que te autuar porque você não está tomando conta do seu instrumento de medição. Não é que você está fazendo coisa errada, não. Porque o veículo dele estava indo para a revisão todo mês. Passou a quilometragem, ficou na revisão. Por que o instrumento de medição dele, que é o ambiente de trabalho dele, não pode ser...? Então, ele não fez as devidas manutenções e vai pagar o preço por ela, porque economicamente ele teve um ganho anual no valor da autuação. Está cara a multa? Não. Então, pronto. Então, é isso que a gente faz quando a gente senta num colegiado, a gente começa a discutir, porque vem várias informações e a gente consegue construir. Então, é isso que a gente está fazendo.

E aí, já finalizando, vem 2017. Continua a mesma história. A gente recebendo menos do que foi acordado. Tendo um sufoco danado, o gráfico financeiro está lá, mas nós conseguimos melhorar a cobertura territorial, os registros da qualidade que são as empresas que nós fazemos auditoria estão todos em dia. Não há radar sem verificação. A área médica está sendo atendida. Não na quantidade que nós gostaríamos, não por nós, mas pelo próprio setor.

O laboratório que nós temos continua com a certificação. As equipes de arqueação de tanque, nós atendemos outros estados, e a auditoria de bancada de hidrômetro também. Nós vamos a outros estados para fazer aquilo que os órgãos delegados lá não conseguem. Então, essa é... é o que nós estamos tentando fazer, fazendo muito mais com muito menos, com esforço concentrado, e eu falo aqui de todos do Ipem, do Fernando que está lá azucrinando todo mundo, cobrando as coisas, ao porteiro que está lá vendo o controle de entrada e saída de pessoas, todo mundo muito integrado. E aí essa equipe do Ipem. Eu agradeço e se preocupa com o futuro dessa política pública de metrologia de qualidade e está disposta a qualquer desafio para a gente poder fazer. Não sou eu, eu estou falando por todos os servidores do Ipem.

E aí o que é mais gostoso para a gente é a gente poder chegar aqui na Casa de vocês e poder propor um desafio, que é fazer um acordo de cooperação técnica com os Procons. O que seria isso? Eu tenho diversas feiras livres no interior. As feiras de final de semana. Eu não tenho condições operacionais de fazer a fiscalização dos instrumentos de medição da feira. O feirante, para estar na feira, ele precisa de uma autorização da prefeitura para poder comercializar.

Se eu tenho um Procon vinculado à prefeitura e se esse Procon faz um acordo de cooperação técnica e começa a exigir que a Secretaria lá, de Agricultura ou Assistência Social, que dá a concessão para ele poder comercializar comece a exigir que o instrumento de medição dele tenha que ser verificado pelo Inmetro, pelo Ipem, eu já tenho um ganho. Por quê?

Esse instrumento que eu não tenho condição de fazer a aferição dele *in loco* nas feiras, eles vão nos procurar, nós vamos fazer a aferição e o Procon pode agir de passear na feira e ver que tem um instrumento que não foi verificado, aí ele não vai fazer nada que não seja do poder dele. Ele não vai abarcar um poder que é do Inmetro para a verificação da fiscalização metrológica. Ele vai simplesmente cassar a licença.

Nós tivemos exemplos aqui agora que em Ouro Branco, município de Ouro Branco, tem uma legislação que toda feira, essas feiras de malha, feira de couro, feira de não sei o quê, eles têm que comunicar aos órgãos de fiscalização o que está ocorrendo. Aí nós [ininteligível]: por que tem? Não, porque vocês têm que verificar se realmente está ocorrendo e aí nós fomos numa feira de malhas. A quantidade que nós pegamos de roupas sem etiqueta sendo comercializadas era enorme. E essas feiras estão no estado inteiro.

Se o Procon Municipal tem um acordo de cooperação técnica, a gente faz um treinamento, ele não vai se arvorar em cima de fazer a fiscalização têxtil, de vez. Ele vai simplesmente: tem etiqueta, não tem. Não tem, eu não posso deixar você comercializar. E qualquer coisa nos chamam.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Aspectos que visualmente o fiscal do Procon pode verificar.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Pode fazer. Então, a gente tem uma série de coisas, Amauri. E aí, em nome do que eu chamo da família Ipem, eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje. Estou aberto ao debate, à discussão, à proposta, assim como você colocou. Esses artigos estão disponíveis no site? Não, mas nós vamos colocar. Porque a gente tem que ser provocado para a gente melhorar o que nós estamos fazendo. E a provocação que vem de vocês, do Ministério Público, é muito importante para nós. Porque vocês têm uma responsabilidade para com a sociedade de defesa da sociedade que nós temos que assumi-la também, quando a gente fala que a gente está atendendo a sociedade maneira, mas a gente tem que atender ela com responsabilidade.

Não é simplesmente falar que está atendendo, não. É atender e demonstrar que está atendendo. Eu brinco muito que quando eu cheguei no Ipem se tinha medo de entrevista. Aí o meu diretor de qualidade está aqui sentado, vai para uma entrevista

de material escolar, pega uma tesoura e sai cortando o cabelo da repórter. Só que não cortou cabelo nenhum, né, Geovane? E ela sabia que ia fazer, mas a moça que estava na bancada, no jornal, que jornal que foi? No MGTV, quase caiu da bancada. Aquilo...

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** A tesoura estava com problema?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Não, porque a tesoura não corta cabelo, ela só corta papel. Entendeu?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** A gente precisa saber disso, né, gente?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Você entendeu? Então, quer dizer, são certas coisas que a sociedade precisa saber, porque na hora que eu for comprar material escolar para o meu menino de 3, 4 anos, que eu vou comprar uma tesoura, aquela tesoura é a tesoura ideal, ela é certificada, ela não vai causar dano à saúde, risco à saúde da criança.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Da criança.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Então, a gente consegue fazer isso hoje, ter uma interlocução que eu acho que deve ser o jornal de maior audiência no horário matutino, de ter essa liberdade com os repórteres, porque eles estão frequentando, a cada dia a Pauta hoje passou a ser espontânea. Então, às vezes a gente consegue atender às demandas, que antes era uma coisa complicada. Ah, mas se pegar produto errado? Não é problema meu, o problema é do personagem. Nós temos que mostrar o que nós estamos fazendo. Ah, mas nós não fazemos tudo. Mas nós temos que mostrar o que nós estamos fazendo. Nós temos que mostrar para a sociedade que ela tem um parceiro muito importante.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fernando, só tirar uma dúvida. Um treinamento que seja feito para os Procons no sentido de cumprir esse termo de cooperação técnica, você tem, assim, uma ideia de tempo?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Olha, eu imagino que a gente vai precisar de umas 12 a 16 horas.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Doze?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** A 16 horas.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Dois dias.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Dois dias, porque a gente tem, primeiro é explicar o processo. E outro é a gente definir, porque para cada Procon, nós vamos ter uma ação diferente. Vai ter um modelo diferente de ação. Mas a gente precisaria aí, eu acredito, de 12 a 16 horas, eu acho que gente consegue internalizar isso.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Ok. E nós temos um intervalo agora, às 16 horas, vai ter um intervalo, né? Para lanche? Teremos, né? Então, só enquanto fecha às 16 horas, eu vou aproveitar e comentar aqui com o Fernando, que o tema prioritário para o Ministério Público na área do consumidor esse ano e ano que vem é segurança alimentar. E aí nós temos cinco atividades que nós vamos, na verdade, são seis, são dois produtos... são cinco produtos e duas atividades, né?

Nós temos o feijão e o arroz, cuja qualidade vai ser monitorada no estado inteiro. A gente vai fazer um trabalho em parceria com o Mapa. Não sei se de repente nós

poderemos agregar também alguma verificação de qualidade por parte do Ipem. Eu não sei, aí é uma questão de se pensar. Nós teremos queijo, carne de sol e carne em geral. E teremos duas atividades que serão padaria e feira livre. Você mencionou a feira livre. Nós devemos ter uma reunião já, porque nessas atividades que nós vamos desenvolver com os promotores das comarcas, a gente terá uma primeira reunião que vai ser com os órgãos parceiros para apresentar qual é o passo a passo do nosso cronograma de atuação e, naturalmente, conversar sobre os órgãos que tenham interface com esse tema em relação à questão.

E eu acho que você falou em feira, eu acho que a gente podia, feira livre vai ser na Comarca de Formiga, e eu acho que nós podíamos convidar o Ipem para o Ipem participar conosco e, quem sabe, desse trabalho a gente já sair com alguma metodologia mesmo que possa ser estendida para os Procons. Acho até que nós podemos fazer um convênio de cooperação técnica com o Ipem, Procon-MG, nas fiscalizações que a gente faz, poder também contribuir, de modo que nesse convênio, seja um convênio amplo, que possa ter a adesão dos Procons Municipais.

E aí a gente pode organizar exatamente um treinamento que seja em relação ao Ipem, necessário para essa atividade, e a gente pode fazer um treinamento com os fiscais do Procon e, inclusive, incentivando que os Procons Municipais possam aderir, né? E aí talvez no segundo semestre para o ano que vem começar um trabalho que seja de parceria. Para a gente é muito importante, Fernando, essa parceria, porque os órgãos públicos se fortalecem e cada um soma um pouco com o outro.

A gente já tem uma atuação fiscalizadora também, muitas vezes é feita em parceria com o Ipem. Tem uma questão que eu, aproveitando que faltam cinco minutos para as 16 horas, e na volta a gente abre para perguntas para todos, a questão do hidrômetro é uma questão assim que a gente, não só o hidrômetro, mas também o marcador de energia, né? No processo, a gente sabe que se o consumidor reclama em relação ao hidrômetro ou se reclama em relação ao marcador de energia, ao relógio da Cemig, o técnico da Cemig, ele vai, ele pega o relógio, lacra. Aí ele vem para o laboratório da Cemig, é feita uma primeira análise. O consumidor é comunicado do dia. E se essa análise for favorável à Cemig, o consumidor tem o direito de recorrer e aí parece que o relógio vai para o Ipem, mas aí o consumidor tem que pagar a análise.

Eu não sei, mas eu acho que o ideal seria que o equipamento fosse para o Ipem, a Cemig pagasse e que se o consumidor quisesse uma outra análise, que aí então ele pagasse, porque é o próprio órgão que é o concessionário que faz uma análise do produto dele. Então, eu não sei, parece que a lógica, ela ficou invertida aí. Se o Ipem é o órgão público imparcial, é evidente que isso está regulado na resolução da Aneel, mas é uma questão que poderia ser revista. E aí eu acho que seria interessante, porque aí quem faria a análise seria um órgão público, uma autarquia, que não tem interesse no resultado nem para o A e nem para B e ficasse uma outra análise, se fosse o caso, para depois, mas também no Ipem. A gente sabe que a Cemig tem um laboratório e tudo, mas eu penso que talvez o processo, ele pudesse ter o Ipem envolvido numa primeira análise, né?

E uma outra questão também importante é que, eu não sei se nesse termo de cooperação técnica a gente podia trabalhar, mas talvez ter um representante do Procon Estadual acompanhando a análise. Porque o consumidor não vem, o consumidor não vai sair de Montes Claros para vir acompanhar uma análise no relógio dele da Cemig. Então, eu acho que é uma questão interessante.

A princípio é isso. São 16 horas, eu imagino que a gente vá fazer um intervalo agora e na volta a gente franqueia aí então às perguntas para o público presente e aí começamos, então, todas as reflexões, debates e perguntas que possam ter. Vamos para o intervalo, daqui a 15 minutinhos, 15, né? Quinze minutinhos, nós voltamos para dar sequência ao evento.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** E na volta do intervalo eu respondo.

[intervalo]

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Enquanto a gente se prepara aqui, eu queria que as pessoas que tivessem interesse em perguntar, levantassem os braços, por favor, para eu anotar o nome. Aí a gente vai já passando para cada uma antes de o Fernando fazer as primeiras colocações dele. Seu nome? Terezinha. Quem mais? A gente começa com a Terezinha, mas antes o Fernando vai fazer alguns comentários sobre as questões que eu coloquei.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Começar aqui com a questão dos medidores de energia e dos hidrômetros. Com relação ao medidor de energia, o que a gente tem notado, o que nos chega é que 98% do que é feito nos laboratórios da Cemig, o medidor está contra a fornecedora de energia. Ele nunca está contra o consumidor. Em 98% dos casos, eu estou botando 98% para não falar o total, por quê? Porque o erro normalmente, ele está contra o fornecedor. É a mesma questão quando a gente brinca com as balanças.

Normalmente, quando a balança está demonstrando erro, ela é contra o comerciante. A gente não imagina isso, mas por quê? Porque é um equipamento que ele vai perdendo a calibração, quando ele perde a calibração, normalmente, ele vai prejudicando muito menos o consumidor. Quando vai prejudicar o consumidor, a gente entende que aí há uma parcela muito pequena. Então, esse da Cemig e dos medidores de água, mas nós fazemos as aferições. E quando você fala do laboratório do Ipem, realmente, se você conseguir que a gente faça todas essas análises, eu não vou ter como atender a Cemig como um todo, por quê? Mas hoje também eu tenho um laboratório que ele tem uma ociosidade que eu gostaria que ele ficasse mais ativo. E é um trabalho altamente especializado, o técnico fica por conta disso. Então, se vier mais solicitações de aferições de medidores de energia, sem problema.

E a questão dos hidrômetros, nós tivemos agora um caso em Juiz de Fora, até comentei, houve a troca dos hidrômetros, né? A Cesama foi trocando os medidores e os medidores antigos, como são mecânicos, é água, eles já não estavam mais fazendo a medição correta. E houve uma ação do Ministério Público lá, nós fomos fazer a verificação e realmente os hidrômetros novos estavam ok. O problema era o tempo de uso já dos hidrômetros antigos. Isso deu um impacto na cidade, em Juiz de Fora. Então a gente...

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** De quanto, percentual, você sabe?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** O quê?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Esse impacto?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Não, eu estou falando do impacto na cidade por quê? Porque começou os hidrômetros a ter uma marcação correta e o preço das contas subiram.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Então, esse impacto eu queria que...

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Aí a gente vai ter que ver como... eu não tenho o dado para te dizer qual... eu estou falando que nós fomos chamados a fazer duas verificações na Cesama, com o acompanhamento do Ministério Público, justamente por quê? Porque a sociedade estava reclamando. E no final se definiu que o problema não era com os hidrômetros novos, eles estavam corretos. Os antigos é que estavam com a marcação errada.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É, porque os digitais, eles têm maior precisão, né?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** É, o digital... a precisão, todos eles têm a mesma precisão. A diferença do digital, principalmente dos medidores de energia, é que ao medidor analógico de energia elétrica, aquilo que fica em *stand-by*, a nossa televisão está em *stand-by*, o aparelho que está ligado, como são pulsos, ele acaba não contando esse pulso. Na hora que você coloca o digital, ele passa a fazer a contagem também desse mínimo de energia que está passando. Então, tende a aumentar a conta de luz por quê? Porque a precisão dele é maior.

No caso do hidrômetro, ele vai fazer a medição normal, que é a passagem de água. Ah, vão botar, tem água no cano, tem isso. Tem todo o sistema, isso é lenda. Isso não ocorre. A gente até pensa, mas toda vez que você vai conversar com o técnico, principalmente o nosso gerente de laboratório, é lenda. Por quê? Porque não vai ser o problema do ar. O ar vai ser... vai ter o suspiro para retirar o ar. Tem outros problemas no encanamento, não é a questão do ar, porque senão, então, as pessoas vendem os mecanismos, fazem na rede social. Isso não resolve o problema.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Fernando, eu falo porque no hidrômetro, você falou de Juiz de Fora, é hidrômetro, né?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Exato.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Se você tinha um hidrômetro que em função da vida útil dele e do próprio sistema, que seria mecânico, ele dava uma diferença na...

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Na medição.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Na medição, e se você colocou, fez uma troca coletiva de hidrômetros que seriam analógicos, é isso?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Não, normal, hidrômetro mecânico também.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Mecânico também, mas que deu um impacto...

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Deu um impacto no aumento do consumo registrado.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Se você tem isso e se a gente pensar no todo, a gente pode chegar à conclusão de que a renda da concessionária, a receita, ela aumentou em decorrência disso.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Exato.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** E como todo cálculo de tarifa leva em conta uma receita também estimada, eu penso que esse fato da troca, ele pode ter gerado, pode ter sido um fato superveniente que gerou em benefício do concessionário um preço superestimado. Por quê? Porque se ela vinha com uma receita anterior que no encontro de contas dava para ela se manter e com a tarifa X, na medida em que você fez essa mudança, a receita aumentou e se a gente fizer um encontro de contas hoje, você pode chegar à conclusão de que a tarifa tenha que diminuir, em razão do equilíbrio econômico-financeiro que deve nortear essa questão.

Então, é uma questão interessante nesse aspecto, porque é um fato que efetivamente pode ter gerado uma receita extraordinária, que não foi pensada no momento em que a tarifa foi fixada, porque a receita estimada anteriormente, ela era menor do que essa, não é? Então, eu acho que isso pode afetar o equilíbrio econômico-financeiro em desfavor do consumidor, talvez aí tendo que se fazer uma revisão no cálculo da própria tarifa, é mais ou menos isso.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Para você ver como que a metrologia é importante, né? Como que um aparelho de medição, que trabalha corretamente, é auferido, é importante para a atividade econômica. E na hora que a gente faz o artigo da assimetria de informação, é justamente esse ponto que pega. Então, você está dando um exemplo vivo daquilo que nós entendemos que é uma das maiores importâncias da questão metrológica, que é o ambiente econômico, que é o desenvolvimento econômico. Hoje nós temos aqui, já que a gente está no bate-papo, nós temos uma preocupação, que a gente está levantando isso para o Inmetro, no ano passado a discussão foi muito pesada, da questão da umidade de grãos, medidor de umidade de grãos.

Medidor de umidade de grãos que era usada no Brasil até o ano passado, nos Estados Unidos aboliram ele há 50 anos. Porque na relação econômica do produtor de grãos, seja café, soja, milho, feijão, com as usinas, com as cooperativas, ele chega com o caminhão, a carreta com 15 toneladas de grãos, aí quem vai adquirir aquele grão fala: seu grão está com umidade 4% acima do que nós combinamos, então eu vou descontar 4% do valor a ser pago para você. E essa assimetria de informação dá um prejuízo para o produtor muito grande.

Então, é uma coisa que economicamente a gente começa a trabalhar, a ver essa função. Hoje as colheitadeiras modernas, elas já têm um medidor de umidade de grãos na colheita para não ter esse prejuízo, para separar. Para você ver como que são as coisas na metrologia.

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Pois é, a metrologia é muito importante. Vamos passar para a D. Terezinha. D. Terezinha, fique à vontade.

**SRA. MARIA TEREZINHA:** Boa tarde, Dr. Fernando.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Boa tarde.

**SRA. MARIA TEREZINHA:** O meu nome é Maria Terezinha, sou, infelizmente, aposentada pelo Ministério da Saúde, sou da área de enfermagem. Achei muito interessante a questão dos esfigmomanômetro, porque um dos maiores problemas que a gente tinha no hospital na época, eu trabalhava no Odete Valadares, era essa questão de verificar pressão, porque imagina a gente verificar pressão de 45 pacientes a cada seis horas. Então, imagina o desgaste que era para o aparelho e automaticamente às vezes a gente era obrigada a verificar, verificava a pressão, saía correndo nos outros setores para ver se conseguia algum aparelho para a gente ver se conseguia uma média pelo menos de pressão arterial.

Aí uma coisa que eu quero saber: como que feito esse aferimento no esfigmomanômetro? Se é de ano em ano que vocês fazem e se o hospital é que teria que levar para vocês e como que fica a questão dos aparelhos digitais, porque o digital é muito mais preciso, né? Por exemplo, no meu caso, eu tenho um aparelho digital em casa para quando eu vou verificar a pressão com o médico, eu levo o meu aparelho, porque eu sei que o dele não está bom. Então, como que fica? Mas é, é muito sério, gente.

Só para o senhor ter ideia, a minha família toda é hipertensa, eu não sou hipertensa porque eu tenho um aparelho digital. Entendeu? Então, assim, é coisa seríssima. Isso que o senhor falou de negócio de pressão alta é muito sério, gente. A gente vê pessoas tomando medicamento sem necessidade. Então, assim, eu queria ver como que fica essa questão de hospital. Eu vou te dar um exemplo. Odete Valadares, eu estou falando porque eu já aposentei tem 18 anos, mas eu continuo indo lá a mesma coisa, eu sou madrinha de um monte de coisa lá.

Então assim, como que fica? O hospital que tem que encaminhar, vocês têm alguma forma de comunicar com eles? Porque eu não sei quanto tem atualmente de aparelho lá, mas a gente sabe que é um caos a questão de esfigmomanômetro. Não só para os médicos como também dentro de hospital.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Então, vamos lá. Vamos tentar responder por completo. Bom, a aferição, nós temos um padrão, ele fica nas nossas regionais, onde esse equipamento faz a aferição com esse padrão, tá? E esses padrões são aferidos anualmente em laboratórios credenciados, no caso, são aferidos pelo Ipem de São Paulo para nós utilizarmos aqui, tá? Aí nós temos duas opções: ou o hospital, ou a clínica nos encaminha todos os seus esfigmomanômetros para nós, regionais, e é feito na regional, ou se agenda visita no hospital ou na clínica para fazer aquele processo.

O que nós temos de dificuldade é quando você pega uma unidade de saúde, um hospital, uma clínica, ela vai se preocupar com todos. Os aparelhos esfigmomanômetros individuais dos médicos, esses que a gente tem uma dificuldade muito grande para fazer a aferição. E uma aferição do esfigmomanômetro, se eu não estou errado, a taxa de aferição, a taxa do serviço não chega a 10 reais. É muito barato.

Agora, tem que haver um agendamento para que ele possa ser feito, que eu não posso pegar, vamos pegar Odete Valadares, e pegar um dia para fazer todos os esfigmomanômetros. Eu tenho que ter alguém que vai fazer a gestão lá dentro do hospital de quais esfigmomanômetros vai ser por dia, de acordo com a nossa capacidade de atendimento.

Quanto ao digital e o analógico, não tem muita diferença da sua precisão, não. É só o visual mesmo. No visual, o digital fica mais claro do que o analógico. A precisão dele na hora que é aferido o esfigmomanômetro, ela é aferida, eles trabalham normalmente, tá? O problema é que nós temos no mercado uma série de esfigmomanômetros que não são de modelos aprovados pelo Inmetro, né? Então, quer dizer, nós temos que tomar cuidado com esses porque ninguém está proibido de utilizá-lo, mas as pessoas na hora de adquirir um esfigmomanômetro é interessante que adquira um que tenha modelo de aprovação do Inmetro. Tá ok?

**SRA. MARIA TEREZINHA:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Aguarda só o microfone, que é para sair na gravação.

**SRA. MARIA TEREZINHA:** Então, nesse caso, quando for feita uma licitação, o hospital vai fazer uma licitação de compra de esfigmomanômetro, deveria existir então o selo?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Não, devia exigir que o fornecedor ofertasse um esfigmomanômetro com modelo aprovado pelo Inmetro, que aí você elimina uma parte do problema.

**SRA. MARIA TEREZINHA:** Sim.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Tá?

**SRA. MARIA TEREZINHA:** Obrigada.

**SRA. IVANA:** Boa tarde. Meu nome é Ivana, eu sou do Procon Municipal de Sete Lagoas. No caso dos medidores de água e de energia elétrica, a gente sabe que dificilmente um consumidor ganha a causa. Normalmente, os laudos deles, os laudos técnicos são favoráveis a eles. Foi falado aqui hoje que quando o consumidor quer uma contraprova, ele tem que pagar por esse serviço no Ipem. O que eu queria saber era o seguinte: quando esse resultado é favorável ao consumidor, ainda assim ele tem que pagar pelo serviço ou reverte para o fornecedor?

Porque o consumidor, quando a gente fala com ele que para ele ter essa contraprova, ele tem que desembolsar alguma quantia, ele já desiste. Porque, primeiro, que

um laudo que vem da concessionária não é imparcial, ele sempre é favorável à concessionária, o consumidor já fica com o pé atrás. Aí nesse caso é a concessionária que tem que pagar? Ou o consumidor?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** A questão de quem é o responsável pelo pagamento, a gente não tem alçada sobre ela. O que nós cobramos é a taxa de serviço. Porque é um serviço que nós estamos prestando e nós só podemos emitir o laudo a partir do pagamento dessa taxa de serviço, que é uma taxa federal, não é uma taxa nem estadual e nem do Ipem, certo? Quer dizer, nós fazemos um serviço por delegação do Inmetro e fazemos a cobrança das taxas de acordo com a tabela que nós temos das taxas federais. Agora, a questão de quem é o responsável pelo pagamento da taxa, nós não entramos nessa questão. Agora, nós fazemos o serviço e o serviço tem um valor para ser executado.

**SRA. IVANA:** Correto. Agora eu volto à pergunta para o Dr. Amauri, né? Normalmente nas questões consumeristas o ônus da prova é do fornecedor e não do consumidor. Nesse caso aí específico, o ônus dessa contraprova que não seria da prova tem como a gente retirar esse ônus num caso de ser favorável ao consumidor? O laudo?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** É, em geral, cabe ao fornecedor demonstrar que o medidor está correto. Se o consumidor pede a contraprova, eu penso que o valor tem que ser restituído para ele. Porque, afinal de contas, quem está com a razão é o consumidor, não é o fornecedor. Ok?

**ORADORA NÃO IDENTIFICADA [01:58:16]:** Dr. Fernando, continuando aquela pergunta que eu te fiz no intervalo, eu queria saber se existe... se o Inmetro divulga o nome das marcas menos, aliás, que erram menos nessa questão de balança, que eu comentei com o senhor sobre a questão das balanças para pesar medicamentos para manipulação, se existe essa divulgação das marcas que possivelmente erram menos ou não existe isso? Existe mais a questão de estar sempre calibrada mesmo as balanças? O que você acha dessa questão?

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** A questão das balanças de precisão, de qualquer instrumento de precisão, quando o modelo é aprovado pelo Inmetro, ele tem toda uma regulamentação(F) técnica que ele tem que seguir, tanto metrológica quanto de qualidade, mas como todo instrumento, ele precisa de aferições constantes, tá? Então, não existe um melhor equipamento ou um equipamento... não pode ser a balança A em detrimento da B. Se todas as duas têm um modelo aprovado, todas as duas têm a mesma capacidade.

Aí o modelo técnico, as especificações de cada balança é que pode variar, mas o regulamento técnico dela, tendo o modelo aprovado não há problema nenhum. Quando as balanças não são de modelo aprovado, a balança doméstica, essas você não tem como fazer aferição. A não ser que você faça um teste, uma comparação, que você leve a algum lugar que tenha um peso padrão, que você vai fazer esse teste, mas a variação no caso específico das balanças de precisão, nos casos das farmácias de manipulação, tendo o modelo aprovado e passando pelas aferições periódicas, não há problema nenhum, tá?

**SR. RICARDO:** Boa tarde. Meu nome é Ricardo, eu sou do Procon Estadual.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Boa tarde.

**SR. RICARDO:** Eu gostaria de fazer uma pergunta sobre o que o senhor falou, sobre o banco de dados de acidentes de consumo. Me pareceu que é um banco de dados que o próprio consumidor faz o relato, imagino que ele entre pela internet e faça esse relato. Eu gostaria de uma explanação maior sobre isso.

E se esse banco de dados também é alimentado por fatos notórios, né? Essa semana nós temos aí relatos na imprensa de telefones celulares que explodiram e até vídeos

sobre isso. E se há como compartilhar esse banco de dados com o Procon. Talvez não seja um banco de dados a se colocar público, mas seria interessante a gente ter também conhecimento sobre esses produtos.

**SR. FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA SETTE PINHEIRO:** Vamos lá. Um banco de dados dos acidentes de consumo é um banco de dados que o Inmetro tem a gestão sobre ele. Porque a partir dali é que ele vai verificar os produtos que estão tendo acidente de consumo com mais frequência para poder fazer as propostas de regulamentar uma certificação compulsória. Eu posso até ver com o Inmetro a possibilidade do Inmetro divulgar, disponibilizar esse banco de dados para o Procon. Eu não vejo num primeiro momento nenhuma dificuldade quanto a isso, tá?

E o Inmetro, eu acredito, assim como nós fazemos aqui, a gente não trabalha somente com o banco de dados; você tem que trabalhar com banco de dados, aquele que o cidadão está pronunciando, mas você tem uma série de outras informações no mercado que você vai fazendo um compartilhamento, fazendo um estudo sobre elas para saber quais os produtos realmente. E a grande dificuldade que nós temos hoje é que seria o ideal que o acidente de consumo fosse obrigatório em todo pronto-atendimento médico. Porque aí você teria um banco de dados muito maior, mas é o que não ocorre.

Hoje, você chega no atendimento médico, se tem a questão de uma arma de fogo, lógico que na hora aciona a polícia. Por que não se foi um acidente doméstico por causa de um equipamento que provocou esse acidente, o hospital não poderia fazer esse relato? Então, quer dizer, eu acho que falta divulgação. Nós temos que divulgar mais esse banco de dados, a gente tenta em todas as palestras que nós estamos fazendo, nesses três anos, divulgá-lo.

Agora, depende hoje do cidadão entrar na internet e fazer o relato do acidente de consumo. O que nós temos, o último que vem, com uma boa parcela [ininteligível] acidente de consumo foram as escadas domésticas. Essas escadas hoje de alumínio que causaram diversos acidentes. E aí o Inmetro conseguiu fazer uma certificação compulsória para a fabricação e comercialização dessas escadas. Mas a gente pode trabalhar para ver se eu consigo esse banco de dados do acidente de consumo. Eu vou anotar aqui e repasso depois. Eu vou conversar lá no Inmetro. Eu acho que, a princípio, não tem problema nenhum. Mas como eu não tenho gestão sobre ele, eu vou ter que perguntar ao gestor dele, que é o Inmetro, tá ok?

**SR. AMAURI ARTIMOS DA MATTA:** Mais alguém? Bom, então caminhando para o final, eu queria agradecer imensamente ao Fernando, que fez uma abordagem extremamente didática, Fernando, sobre todas as atribuições do Ipem-MG e de uma forma clara, respondeu também às perguntas de todos vocês.

Eu queria passar ao Fernando o certificado da Escola Estadual de Defesa do Consumidor do Ministério Público, agradecendo a belíssima palestra que ele nos proporcionou. Dizer que para a gente é um prazer sempre ter a presença de vocês aqui nos nossos eventos. E o próximo evento de consumo e regulação, ele já está sendo organizado, ele acontecerá no dia 20 de junho e nós vamos trazer aqui, nós vamos fazer o convite, ainda não foi confirmado, mas eu penso que vai ser um assunto muito importante e quem vai tratá-lo será o especialista do Detran-MG.

E aí eu me refiro à questão da cobrança de preços de placas de veículos, que tem um problema aí no estado inteiro, a gente recebe muitas reclamações sobre isso, sobre a cobrança de preço, sobre quem pode vender, se a venda é feita por região. E aí é um tema que nós estamos conversando com o Detran para a gente trazê-los aqui e poder esclarecer esse problema, que para o consumidor tem gerado aí várias insatisfações. Muitas vezes, os preços são muito semelhantes, não se tem uma possibilidade de escolha, mas é um tema que a gente está conversando e possivelmente no dia 20 nós teremos aqui a presença de representantes do Detran-MG.

as suas residências. Muito obrigado.

[aplausos]